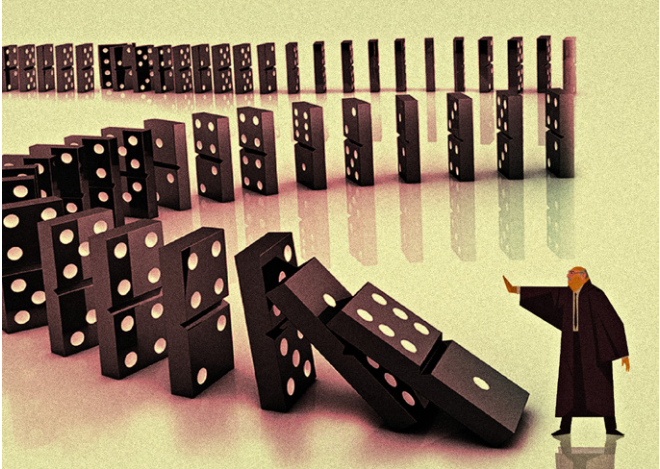




NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br



Distopia do Supremo lembra o realismo fantástico de Incidente em Antares

Antares, a estrela mais brilhante da constelação de Escorpião, é uma supergigante vermelha situada a cerca de 550 anos-luz da Terra. Seu nome vem do grego e significa “rival de Ares”, devido à semelhança de sua coloração com a de Marte, o planeta associado ao deus da guerra. Tem massa estimada entre 11 e 16 vezes à do Sol, raio centenas de vezes maior e luminosidade próxima de 100 mil sóis.

Entretanto, Antares está consumindo rapidamente o combustível que ainda sustenta seu equilíbrio. Quando esse processo terminar, seu núcleo entrará em colapso, e a estrela explodirá como uma supernova, provavelmente dentro de alguns milhões de anos. Na literatura brasileira, é o nome da cidade fictícia criada por Erico Veríssimo em seu último romance, Incidente em Antares, publicado em 1971. O autor recorre ao realismo fantástico, ao humor macabro e à sátira política para fazer a autopsia de uma sociedade dominada pela hipocrisia e pelos acordos entre seus poderosos.

Na fronteira com a Argentina, desde o século XIX, a cidade gaúcha é controlada por duas oligarquias, os Vacariano e os Campolargo, adversárias durante gerações, mas capazes de se unirem quando seus privilégios são ameaçados. O verdadeiro incidente ocorre em 13 de dezembro de 1963, quando uma greve geral paralisa a cidade, com adesão dos coveiros.

A matriarca Quitéria Campolargo; o advogado Cícero Branco; o sapateiro anarquista Barcelona; o pianista Menandro Olinda; o operário João Paz; o bêbado Pudim de Cachaa; e a prostituta Erotildes ficam sem sepultura. Diante disso, levantam-se dos caixões, marcham até a praça e ocupam o coreto. Como já morreram, não temem processos, ameaças, perda de emprego nem retaliações sociais. Do alto do coreto, revelam adultérios, negociatas, corrupção, exploração, covardia e violência.

A elite antarense desacreditada os denunciantes, tenta interditar a praça, mobiliza a polícia e procura apagar o acontecimento. Depois que os mortos finalmente são enterrados, começa a “Operação Borracha”, destinada a eliminar documentos, fotografias e testemunhos do episódio. A ordem é converter um fato presenciado por toda a cidade numa alucinação coletiva. A podridão revelada pelos defuntos precisa ser apagada para que tudo volte à normalidade.

O Brasil vive um espécie de Incidente em Antares. Às vésperas das eleições gerais, o Supremo Tribunal Federal (STF), instituição fiadora da Constituição, que deveria ser o ponto de equilíbrio entre os Poderes, enfrenta uma crise intestina sem precedentes. O caso do Banco Master deixou de ser apenas uma investigação sobre fraudes financeiras bilionárias. Transformou-se numa disputa aberta entre ministros, Polícia Federal e Procuradoria-Geral da República.

Togas em transe

O relatório encaminhado por André Mendonça ao presidente do STF, Edson Fachin, aponta indícios de proximidade entre Alexandre de Moraes e Daniel Vorcaro, antigo controlador do Banco Master. Moraes reagiu pedindo que Mendonça fosse investigado por abuso de autoridade, improbidade administrativa e crime de responsabilidade. Para fundamentar a acusação, apresentou um relatório de inteligência da Polícia Federal que atribuía ao colega possíveis direcionamentos na condução do inquérito.

O documento, porém, não tinha assinatura e trazia a ressalva de conter conjecturas “sem valor probatório”. Diante disso, Mendonça trucou: ontem determinou o afastamento do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, e do diretor de Inteligência, Leandro Almada. A Segunda Turma formou maioria para referendar a decisão e só não concluiu o julgamento porque o ministro Gilmar Mendes, aliado de Moraes, pediu vista do processo. A crise, antes restrita aos gabinetes, alcançou o comando da PF e provocou uma reação em cadeia dentro da instituição.

Como no romance de Veríssimo, já não se discute somente o conteúdo das denúncias, mas quem pode investigá-las, quem controla os documentos e quem tem competência para tornar públicos os fatos. A PGR pediu a anulação do relatório liberado por Mendonça, sob o argumento de que apenas o plenário poderia autorizar uma investigação contra integrante da Corte. O problema é que o próprio procurador-geral, Paulo Gonet, aparece citado no material, o que amplia a percepção de conflito de interesses.

Fachin concentrou em procedimento próprio os documentos e as manifestações dos envolvidos. Pode levar o conflito ao plenário, convocar uma reunião reservada ou decidir sobre a abertura das investigações. O risco é de que uma solução interna concebida apenas para pacificar os gabinetes seja interpretada pela sociedade como uma Operação Borracha, como em Antares. Ou seja, uma marmelada.

Treze ex-ministros e ex-presidentes do STF já classificaram o episódio como a “mais aguda crise” da história do tribunal, defenderam apuração rigorosa dos fatos e respeito ao devido processo legal. As acusações precisam ser provadas. A presunção de inocência vale para todos, porém o devido processo legal não é pretexto para o silêncio corporativo do Supremo. A autoridade da Corte depende da confiança pública, da sua coerência e do respeito às regras que aplicam aos demais cidadãos.

PODER

“A crise é alimentada por elemento interno”

Ex-reitor da UnB, José Geraldo Júnior avalia que os conflitos na Corte diferem de outros períodos porque a situação desestabilizadora procede de membros do tribunal

» RAFAELA BOMFIM*

A crise que envolve ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) tem uma característica diferente de outros períodos de tensão enfrentados pela Corte ao longo de sua história. A avaliação é do jurista José Geraldo de Souza Júnior, ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB) e membro benemérito do Instituto dos Advogados Brasileiros.

“Pela primeira vez há um elemento interno. É uma crise alimentada por uma situação desestabilizadora que vem de dentro de seus membros”, disse às jornalistas Denise Rotemburg e Ana Maria Campos, no programa *CB.Poder*, parceria entre o **Correio** e a TV Brasília.

Ao analisar o momento vivido pelo Supremo, José Geraldo lembrou que a Corte enfrentou crises desde sua criação, em 1891. Entre os episódios citados, está o conflito durante o governo de Floriano Peixoto, quando o tribunal concedeu habeas corpus a pessoas perseguidas pelo governo.

O jurista também recordou o período da ditadura militar, marcado por cassações e aposentadorias compulsórias de ministros. Para ele, porém, o atual cenário apresenta uma diferença: nas crises anteriores, a pressão vinha, principalmente, de fatores externos ao tribunal. Agora, segundo ressaltou, o conflito também envolve integrantes da própria instituição.

José Geraldo relacionou o momento à polarização do país, mas afirmou que não se trata apenas de uma disputa política. “A política permeia tudo, não só porque ela seja um dado partidário”, declarou.

Ao comentar as divergências entre os ministros Alexandre de Moraes e André Mendonça, José Geraldo afirmou que a trajetória de cada integrante do Supremo não deve determinar sua atuação depois da nomeação. Ele citou exemplos históricos de magistrados que chegaram às cortes com determinadas posições políticas, mas passaram a agir de maneira diferente após assumirem o cargo.

Na avaliação dele, o papel institucional deve prevalecer sobre vínculos anteriores. “Quando a instituição está fortalecida e tem seus balizamentos no processo verdadeiramente institucional, ela modifica as personalidades e refaz as biografias”, sustentou.

O ex-reitor também defendeu

CARLOS VIEIRA



A reforma de uma instituição como o Supremo tem que se fazer em um contexto fora do conjuntural

José Geraldo Júnior,
ex-reitor da UnB

que uma eventual reforma do Judiciário não seja realizada como resposta imediata à crise. Para ele, mudanças na estrutura do Supremo, nas competências dos ministros ou no funcionamento da Corte precisam ser discutidas fora de momentos eleitorais e de conflitos institucionais.

“A reforma de uma instituição como o Supremo tem que se fazer em um contexto fora do conjuntural”, frisou. Para ele, o debate deve envolver o próprio Judiciário, o Congresso e a sociedade.

Durante a entrevista, José Geraldo também avaliou o modelo de escolha dos ministros do STF. Atualmente, os nomes são indicados pelo presidente da República e precisam ser aprovados pelo Senado. Para o jurista, o sistema não é inadequado, já que permite a

participação do Executivo e do Legislativo no processo. Ele defendeu maior participação social nas discussões sobre as indicações.

Sobre a adoção de mandatos para ministros, afirmou que a medida poderia ser considerada caso o Supremo assumisse de forma mais definida o papel de Corte Constitucional.

A possibilidade de estabelecer uma idade mínima para chegar ao STF também foi discutida no programa. José Geraldo afirmou que a idade, isoladamente, não deveria ser o principal critério para a escolha. Segundo ele, é necessário observar a trajetória profissional, a experiência e o perfil do candidato. “O que está em causa é a biografia, o percurso”, argumentou. Para o especialista, uma carreira consolidada não significa apenas tempo de atuação, mas também a capacidade de compreender a realidade e lidar com posições diferentes.

José Geraldo ainda destacou a importância da colegialidade nas decisões do Supremo. Segundo ele, o funcionamento coletivo da Corte ajuda a evitar que decisões individuais tenham peso maior do que o debate entre os ministros.

Ao tratar das acusações e dos conflitos recentes, defendeu que os questionamentos sejam analisados

pelos próprios mecanismos institucionais do tribunal. “É o institucional que medeia, e não o personalismo”, declarou.

Ao comentar a decisão individual de André Mendonça que suspendeu das funções o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, José Geraldo afirmou que a medida está dentro do limite da competência do ministro, mas ressaltou que o caso deve passar pelo exame dos demais integrantes da Corte. Para ele, a análise coletiva permite que diferentes posições sejam apresentadas antes de uma decisão definitiva. Ele avaliou que a colegialidade funciona como um mecanismo de prudência e equilíbrio.

O jurista reforçou que o principal desafio do STF neste momento é preservar sua função institucional diante das divergências internas e da polarização política. Para José Geraldo, a solução não está em adaptar o tribunal aos interesses individuais de seus integrantes, mas em fortalecer as regras e os espaços de decisão coletiva. A preocupação, segundo ele, deve ser garantir a estabilidade das instituições e evitar que mudanças estruturais sejam feitas sob pressão de uma crise momentânea.

***Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa**

Cúpula da PF coloca os cargos à disposição

» ARMANDO HOLANDA
» ALÍCIA BERNARDES

Os diretores da Polícia Federal colocaram seus cargos à disposição, em reação à decisão do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou o afastamento preventivo do diretor-geral da corporação, Andrei Rodrigues, e do diretor de Inteligência, Leandro Almada.

Em nota divulgada horas depois da decisão, integrantes da cúpula da PF manifestaram “total apoio” aos dois delegados e classificaram como “injustificados” os ataques sofridos pela instituição. Os cargos foram colocados à disposição de William Marcel Murad, que assume interinamente o comando da Polícia Federal.

No comunicado, os diretores saem em defesa da trajetória de Rodrigues e afirmam que o delegado mantém uma atuação “técnica, isenta e responsável”. O texto também rebate as acusações direcionadas à atuação da corporação. “Narrativas marcadamente influenciadas por interesses político-eleitorais não têm o poder de apagar a história, a reputação e a trajetória profissional de quem quer que seja”, diz um trecho da manifestação.

A reação da cúpula da PF ocorre após Mendonça determinar o afastamento de Rodrigues e Almada. A

Marcos Oliveira/Agência Senado



Murad assumiu o comando da PF após afastamento de diretor-geral

decisão atingiu diretamente o núcleo de comando da instituição e abriu uma nova frente de tensão entre a Polícia Federal e o Supremo.

“Assim, cumprindo nosso dever de defender a Instituição de ataques e tentativas de usurpação de funções, e assegurando o interesse público na manutenção de uma Polícia Federal capaz de promover justiça e assegurar

o Estado Democrático de Direito, tornamos público nosso apoio aos diretores”, afirmam.

Sem fundamento

Os dirigentes também fazem uma defesa explícita da atuação institucional da corporação. “Para que fique absolutamente claro, re- pudamos toda e qualquer tentativa

de imputar a eles ou à Polícia Federal uma atuação não republicana. Tais acusações, desprovidas de fundamento, afrontam a história, a credibilidade e o compromisso institucional que sempre pautaram suas condutas. Neste ato, colocamos nossos cargos à disposição do Diretor-Geral substituto.”

A nota é assinada por 11 integrantes da direção da PF, responsáveis por áreas como combate ao crime organizado e à corrupção, crimes cibernéticos, cooperação internacional, polícia administrativa, gestão de pessoas, perícia, proteção à pessoa, tecnologia e Amazônia e meio ambiente.

Murad, por sua vez, prestou solidariedade ao chefe afastado. “Temos o dever de defender a nossa instituição de ataques e da tentativa de usurpação de funções”, afirmou, durante cerimônia na Academia Nacional de Polícia. Murad também declarou “total confiança” em Rodrigues.

O próprio diretor-geral afastado esteve na Academia, mas deixou o local antes do início da cerimônia, após ser oficialmente comunicado da decisão de Mendonça.

A Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF) classificou a decisão de Mendonça como de “excepcional gravidade” e defendeu que o caso seja levado ao plenário do Supremo.